



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

*International Journal of Development Research*

Vol. 10, Issue, 05, pp. 35598-35603, May, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.18557.05.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## A CONCEPÇÃO SOBRE A INSERÇÃO DO LÚDICO NO ENSINO DE MATEMÁTICA NA PROPOSTA CURRICULAR E NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (PPP) NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**\*André Gomes Barros and Dra. Daniela Ruiz Díaz**

UAA - Universidad Autónoma de Asunción - Paraguay

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 08<sup>th</sup> February, 2020

Received in revised form

20<sup>th</sup> March, 2020

Accepted 03<sup>rd</sup> April, 2020

Published online 25<sup>th</sup> May, 2020

#### Key Words:

Playful; Early Childhood Education; Mathematics Teaching; Pedagogical Practice.

*\*Corresponding author: André Gomes Barros,*

### ABSTRACT

The present work aims to analyze, reflect and understand how the insertion of play in the Curriculum of Early Childhood Education and the Political Pedagogical Project can contribute to the good development of mathematics teaching in this type of teaching, as well as highlight relevant conceptions about the applicability of play in the education of children in early childhood. For this purpose, conceptions of authors who deal with the theme in question will be analyzed, converging their conceptions with legal instruments that govern education and the child's right to be respected and conceived as a unique being capable of building one's own appropriate teaching practices to the teaching-learning process of Early Childhood Education. The research will present descriptive typological character, cross-sectional, qualitative approach. As for descriptive typology, this will allow us to seek the analysis and understanding of the reality applied to the insertion of playful activities in Early Childhood Education, seeking to contribute positively to the solution of problems pertaining to the theme discussed.

Copyright © 2020. André Gomes Barros and Dra. Daniela Ruiz Díaz. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

**Citation:** André Gomes Barros and Dra. Daniela Ruiz Díaz. "A concepção sobre a inserção do lúdico no ensino de matemática na proposta curricular e no projeto político pedagógico na educação infantil (ppp) no ensino da matemática na educação infantil", *International Journal of Development Research*, 10, (05), 35598-35603.

### INTRODUCTION

É cada vez mais progressivo o reconhecimento da relevância do brincar e da brincadeira para o desenvolvimento da criança, assim como a evolução concepção da sociedade em torno da infância, sendo que vem desenvolvendo de maneira progressiva a compreensão do que é a infância e sua peculiaridade, possibilitando assim conceber a criança de forma intrínseca como um ser estritamente conectado ao brincar, sendo a brincadeira a forma mais pertinente de socialização e de interação com o mundo ao seu redor e com a sociedade. Sendo assim, pelo fato de verificar que o brincar e suas brincadeiras possibilitam a construção de habilidades e saberes abstratos, como o desenvolvimento da coordenação motora, a aquisição de uma linguagem mais evoluída, a socialização, o desenvolvimento do raciocínio lógico e a interpretação da realidade que experiencia, é que a brincadeira foi incorporada à realidade escolar. Dessa forma, passou-se a ser vista com mais seriedade a possibilidade de ampliar a aplicação de jogos e brincadeiras como prática pedagógica no ensino de matemática na educação infantil, já que tais práticas despertam a curiosidade e o senso crítico das crianças

em sua primeira idade. Nesta mesma direção, é evidente que esse tipo de atividade pode ser utilizada como estratégia avaliativa, possibilitando ao professor observar o desenvolvimento da aprendizagem da criança, medir a sua capacidade de atuar com autonomia, tendo o cuidado de ressaltar a diversidade de contribuições que o brincar de maneira livre e autônoma pode oferecer, levando em consideração a apropriação da cultura e o desenvolvimento da forma livre de pensar e atuar no meio em que vive. Tomando como base tais concepções, o presente trabalho tem como objetivo analisar, refletir e compreender de que forma a inserção do lúdico no Currículo da Educação Infantil e no Projeto Político Pedagógico, pode contribuir para o bom desenvolvimento do ensino de matemática nessa modalidade de ensino, assim como salientar concepções relevantes sobre a aplicabilidade do lúdico na educação de crianças na primeira infância. Neste contexto, surgem inquietações e questionamentos que servirão de base para problematizar o desenvolvimento desta pesquisa da seguinte forma: Em qual patamar se configuram as concepções acerca das propostas curriculares e pedagógicas sobre a implementação do lúdico no ensino de matemática na Educação Infantil da atualidade? Que tipo de debate e proposições surgem em torno das diretrizes curriculares que

regem a Educação Infantil sobre a aplicabilidade do lúdico como prática de ensino constante no currículo escolar e no Projeto Político Pedagógico das instituições de Ensino?

Dessa forma, entende-se que em toda e qualquer atividade educativa deve-se pautar pela constante orientação pedagógica, respeitando a peculiaridade dessa fase do desenvolvimento humano, considerando a complexidade da cultura de cada um, ao mesmo tempo que deve-se pensar em alternativas curriculares, pautando em uma nova postura por parte das instituições de ensino, sempre tendo o cuidado de se abrirem ao diálogo, considerando as peculiaridades dos docentes, oportunizando assim a produção de novos saberes construindo o currículo e cumprindo as metas previstas Projeto Político Pedagógico da escola diariamente. Contudo, a atividade lúdica permeada pelo brincar e pelos jogos, no ensino de matemática deve-se observar muito mais do que as regras estabelecidas pela organização curricular, e sim imprimir nas práticas pedagógicas marcas do cotidiano das crianças, de situações inesperadas, observando a vivência e história de vida de cada aluno e dos docentes participantes do processo ensino-aprendizagem, para que se construa um processo de interação baseado na realidade, dando vida e forma ao que é estabelecido nas propostas curriculares.

## METODOLOGIA

A metodologia, pode ser definida como referência para abordar a realidade, sendo estas concepções teóricas da abordagem, que permitem a compreensão da realidade, onde é incluída a criatividade do pesquisador como instrumento a ser utilizado.<sup>20</sup> Na mesma linha, Bruyne<sup>2</sup>, diz que a “metodologia deve ajudar a explicar não somente os produtos da pesquisa científica, mas sobretudo seu próprio andamento, sendo que suas exigências jamais são submetidas unicamente a métodos inflexíveis, mas antes da produtividade no que diz respeito aos resultados”. Nesse sentido, o presente trabalho será desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, dedicando-se, fundamentalmente à análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e textos que abordam temas focados nas práticas de ensino centradas na ludicidade como estratégia didática na promoção da aprendizagem significativa no ensino de matemática na educação infantil, referenciando autores e pesquisadores que versam sobre o tema em questão. Para tanto, serão apresentadas reflexões e análises de dados coletados através de questionário usado como instrumento na entrevista com professores que atuam na educação infantil, em que será questionada com os docentes a importância do desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, que inspire e incentive o educando a desenvolver o espírito criativo, investigativo, sendo este o protagonista da construção do próprio conhecimento em consonância com suas vivências sociais e culturais. Segundo Gil (2014), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente de livros e artigos científicos. O autor acima citado, salienta que, em quase todos os estudos, seja exigido algum tipo de pesquisa desta natureza. Existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Sendo esta indispensável nos estudos históricos e em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados, senão com base em dados secundários. Desta forma, será realizada uma pesquisa, tendo como fonte a Base Scopus, sendo acessada através da Plataforma CAPES. Também foi utilizada a base de dados ERIC Institute Education of Sciences. Essa pesquisa foi realizada de

10/01/2020 até 15/03/2020. No que se tange à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (1996), concluem que a pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária fazem o levantamento de publicações, como livros, revistas, artigos científicos, tendo por finalidade fazer a correlação do pesquisador com todo o conteúdo e determinado tema<sup>3</sup>. Segundo Gil (2014), para reduzir o risco de falsidade de dados coletados, é prudente que o pesquisador se assegure sobre as condições em que os dados foram obtidos, fazendo uma análise profunda de cada informação tentando evidenciar possíveis incoerências.

## Desenvolvimento

**A construção do currículo e do Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil:** Termos como currículo, projeto político-pedagógico, nos remete a expressões que na pauta educacional podem ter significados similares ou apenas como instrumentos complementares. Tomando o currículo como exemplo, este pode ser conceituado e concebido de várias formas na pedagogia e nas práticas de ensino nas escolas. Dessa forma, deve-se sempre levantar questões como: a quem é destinado o currículo e qual é o significado dele na proposta pedagógica da escola? Tais questionamentos são necessários para que se evite anacronismos, conceitos equivocados ou até mesmo o uso simplificado do termo currículo.

Para entendermos melhor a importância da construção de um currículo e Projeto Político Pedagógicos bem elaborados na Educação Infantil, vale salientar que:

A educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares indissociáveis: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária, como sabemos, tem a necessidade de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cercam, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que as atividades voltadas, simultaneamente para cuidar e educar, estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação, têm sido entendidos de forma mais estreita. (Bujes, 2001, p. 16)<sup>4</sup>

Tal concepção define bastante o cenário em que são discutidas propostas pedagógicas para a Educação Infantil, salientando que este é terreno delicado que exige cuidados e sensibilidade na educação. A autora acima citada, alerta para que se preste atenção ao reducionismo que se tem desenhado no que diz respeito ao termo cuidado, que na maioria das vezes se concretiza em assistencialismo, a cuidados básicos como alimentação, higiene, boas maneiras, etc., sendo que o termo educação é visto apenas como sinônimo de escolarização, disciplinamento, silenciamento e respeito ao próximo. Entende-se, no entanto, que a questão não reside no processo de escolarização em si, mas na sobreposição deste modelo escolar, na construção de propostas para a educação infantil, desconsiderando dessa forma, o ambiente peculiar que caracteriza esta etapa da educação.

A consideramos que a educação infantil envolve simultaneamente cuidar e educar, vamos perceber que esta

forma de concebê-la vai ter consequências profundas na organização das experiências que ocorrem nas creches e pré-escolas, dando a elas características que vão marcar sua identidade como instituições que são diferentes da família, mas também da escola (aquela voltada para as crianças maiores de sete anos). Enquanto se mantiver a confusão de papéis que vê na família ou na escola os modelos e serem seguidos, quem perde é a criança. (Bujes, 2001, p. 17).<sup>4</sup>

Nesse sentido, sugere-se que as propostas pedagógicas ou currículos possam promover de forma dialógica uma discussão saudável entre os autores da escola, que são os alunos, os familiares, os profissionais de educação, que devem contemplar princípios norteadores, tais como: o compartilhamento de idéias, a gestão democrática, o cooperativismo, e o respeito a diversidade caracterizada pelo gênero, a raça, a etnia e a classe social. Dessa forma, investir na elaboração de propostas pedagógicas diversificadas pautando pela pluralidade e regionalismo com, respeitando a realidade institucional de cada localidade, proporcionará um ganho de grande relevância ao sistema educacional, inserindo neste contexto a educação infantil, devendo atender às expectativas dos docentes que devem participar ativamente da elaboração do currículo e do Projeto Político Pedagógico, assim como a identificação desses dois instrumentos educacionais.

Contudo, fica evidente que creches e pré-escolas atendem crianças, sendo que tal ato demanda, por um lado, tomar conhecimento dos direitos dos educadores, que atendem crianças de zero a cinco anos, devendo estes profissionais terem acesso à formação específica para esta modalidade de ensino, e por outro lado, devem compreender toda essa formação, devendo ser entendida como ação social e reflexiva, que ter continuidade e coerência com o que se pretende implementar e praticar. Porém, a escola conforme Demo (2007, p. 89) “esta cada dia mais alienada, não só por que nela quase não se aprende, mas principalmente porque aquilo que, porventura, aprende-se está fora do contexto que as novas gerações irão enfrentar”.

Deve-se ter a preocupação em observar constantemente as práticas de ensino empreendidas pelos docentes da Educação Infantil, buscando sempre pautar pelo equilíbrio entre teoria e prática, considerando a peculiaridade que a criança traz em sua essência, fazendo parte de um grupo que constrói a própria história independente da época em que vive.

Nessa medida é preciso que o currículo da pré-escola articule: 1. a realidade sociocultural da criança, considerando os conhecimentos que ela já tem (...); 2. seu desenvolvimento e as características próprias do momento em que está vivendo (...); 3. os conhecimentos do mundo físico e social (...). Uma prática pedagógica que tenha como suporte um currículo dessa natureza favorecerá, necessariamente, o desenvolvimento da linguagem e demais formas de expressão, bem como a construção, pela criança, da leitura, escrita (...), o pensamento lógico-matemático e a construção das relações matemáticas básicas (...), as experiências com os objetos e a aquisição das noções relativas ao mundo físico (...); a maior exploração da sua realidade sociocultural e as diferenças e semelhanças que têm como o mundo social mais amplo em que está inserida... (Kramer, 1985, p. 80)<sup>5</sup>

O papel do professor nos processos educativos deve ser a total convicção de compromisso e responsabilidade deve atuar como um mediador e guia, deve ser um artista no sentido de que deve levar a ambientes favoráveis e contextualizados e, ao mesmo tempo, significativa, para potencializar habilidades e desenvolvimento integral do aluno. O professor deve ter certas atitudes, como enfrentar uma nova gestão curricular e para isso deve ser treinada, atualizada, aperfeiçoada e antes todos assumem o desafio de transformação e inovação, deixando de lado o tradicionalismo. (Moreira, 2012, p. 61)<sup>6</sup> Destarte, para o educador infantil, é de vital importância fortalecer e incentivar atividades lúdicas em crianças envolvendo os outros membros da comunidade educativa, e que o acompanhamento e apoio que essas crianças dão, fortalecem e reafirmam processos de aprendizagem, porque eles fornecem segurança, independência, confiança, estabilidade; tudo isso para que no futuro seja uma pessoa capaz de enfrentar e transformar seu ambiente. Trata-se, então, de gerar ações transformadoras a partir da sala de aula e da escola, reconhecer que a ludicidade pode se desenvolver melhor se for possível intensificar consciência da criança sobre si mesmo e sensibilidade ao seu próprio ambiente; por isso o professor deve oferecer um cenário propício significativo e especialmente notável para as crianças, desde o meio em que se move; seu ambiente familiar, os fatores culturais, suas condições de vida influenciam o desenvolvimento integral e, portanto, serão importante fator no desenvolvimento de sua personalidade, de sua inteligência, de atitudes, valores e competências que permitirão um melhor desempenho. (Díaz, 2006, p. 51)<sup>7</sup>

De acordo com Moreira (2012, p. 63), o educador infantil desempenha um papel educativo e um compromisso fundamental na sala de aula e na instituição de ensino, uma vez que se concentra na responsabilidade de criar links e facilitar a integração de toda a comunidade educacional e sua participação em qualquer processo de treinamento e desenvolvimento de crianças. O processo de aprendizagem inclui aquisição, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, possibilitados através do estudo. Este processo pode ser entendido a partir de várias posturas, o que implica que existem diferentes teorias ligadas ao fato da aprendizagem. A aprendizagem humana é definida como a mudança de comportamento relativamente invariável de uma pessoa a partir do resultado da experiência. Essa mudança é alcançada após o estabelecimento de uma associação entre um estímulo e sua resposta correspondente (Brotto, 2001, p. 94).<sup>8</sup>

### **Projeto Político Pedagógico. Qual sua importância?**

O surgimento do Projeto Político Pedagógico se deu com a promulgação da Constituição de 1988,<sup>9</sup> que passou a considerar a educação como prioridade, dando mais autonomia às instituições de ensino, permitindo que estas criassem o seu projeto pedagógico, criando a própria identidade de acordo com sua realidade. Esse instrumento de ensino é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),<sup>10</sup> que foi sancionada em dezembro de 1996, passando o PPP a ser um documento obrigatório em toda a rede de ensino. Sendo assim, o principal motivo da obrigatoriedade desse instrumento na escola, foi com o intuito de garantir que cada membro integrante da comunidade escolar tenha a oportunidade de participar do processo educacional e que possa opinar e decidir sobre o bom funcionamento de cada instituição de ensino que deve ter como foco principal o desenvolvimento integral da criança. Espera-se, no entanto, que a elaboração do PPP e do

currículo seja norteada pela Base Nacional Curricular (BNCC).<sup>11</sup> Mesmo sendo concebido como um documento burocrático, o Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil, tem também uma característica democrática, sendo que este evidencia a representação da identidade da escola, visto que norteia qual o caminho que um bom ensino deve seguir para chegar ao sucesso desejado. Reafirmado por Saviani (2011) quando destaca que a incorporação das tecnologias na área empresarial começou muito antes da incorporação na educação, mostrando o atraso e o fechamento das escolas nos seus muros. Contudo, o autor destaca que devemos ter esperança que a escola acorde e busque o tempo perdido, construindo um Projeto Político Pedagógico (PPP) e um currículo que incorpore os avanços da sociedade. Sendo assim, é de suma relevância que todos tomem conhecimento da importância do PPP, que este seja estudado e discutido com seriedade, levando em conta as políticas públicas educacionais vigentes, assim como a realidade e identidade da comunidade a qual pertence a escola.

**A importância do brincar e do lúdico na organização curricular da Educação Infantil:** Partindo do pressuposto que as propostas inovadoras estão ganhando destaque a partir do momento em que os sistemas educacionais tomaram consciência de concepções humanistas em relação a criança e a infância, passou-se a perceber os docentes como o centro e como sujeitos desse processo inovador no contexto escolar, na proposta curricular e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, dando maior ênfase às práticas docentes. No entanto, utilizar práticas rotineiras como forma de reorientação do currículo e da escola, não se configura como uma proposição coerente a atuação de professores conteudistas, com práticas repetitivas e rotineiras, que se mantem distante do conhecimento, que adota parâmetros universais, relação a evolução científica. Dessa forma percebe-se que para adotar práticas que atendem às exigências curriculares deve-se ter criatividade aguçada e senso crítico para saber fazer as práticas educativas no cotidiano, não podendo tais práticas serem confundidas com rotinas e muito menos com planejamentos copistas.

Confluindo tais concepções com Arroyo,<sup>12</sup> fica explícito que

(...) as práticas cotidianas da escola giram em torno dos educandos, da formação de sua mente, do domínio de competências, de sua formação como humanos. De um tempo-espaco do encontro de gerações, de pessoas em tempos diversos da socialização, interação, formação e aprendizagem das artes de ser humanos. O currículo tentará dar conta dessas dinâmicas e os docentes terão de estar em permanente atenção para selecionar e privilegiar prazeres, vivências e valores. Nesta dinâmica social e cultural, todo currículo será um texto provisório, sempre reescrito e a postura docente será uma permanente opção político-cultural. (2000, p.231)

Nesse sentido, ao pensar em fazer um planejamento curricular para a Educação Infantil, principalmente no que diz respeito ao ensino de matemática, deve-se estabelecer um diálogo com o corpo docente e toda a equipe pedagógica, ouvindo e respeitando as concepções e decisões de cada segmento, problematizando a visão desses profissionais sobre o papel de cada uma nessa modalidade de ensino, sobre a infância, sobre o brincar e a importância do lúdico através da brincadeira como prática de ensino e sobre os direitos fundamentais das

crianças. Todo esse conjunto de atitudes demanda em fazer o reconhecimento da família como mediadora, firmando parceria e garantindo a participação dela e da comunidade no processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, é neste contexto que surge um dos pontos de conflito crítico no que se refere a coerência do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), onde se confirma tratar-se de um instrumento em que se constitui a multirreferência, resultando em um discurso que diverge do seu próprio processo de construção<sup>13</sup>. Na esfera educacional, o direito a educação de qualidade e o acesso as tecnologias estão resguardada também, no RCNEI (1998). Este documento orienta o professor na realização das práticas pedagógicas com as crianças de 0 a 5 anos e aponta metas de qualidade para garantir o desenvolvimento integral dessas crianças.

Nesta mesma direção, Kuhlmann apud Macedo,<sup>14</sup> enfatiza que:

É preciso que qualquer documento norteador sobre a educação das crianças pequenas, parta das suas ontologias coletivas, das condições concretas devida e de cultura, compreendendo, assim, que o conhecimento do mundo envolve afeto, prazer, desprazer, fantasia, brincar, movimento, poesia, ciências, artes, linguagem, música, matemática, etc... Para a criança, brincadeira é uma forma de linguagem, assim como a linguagem é uma forma de brincadeira. (2002, p.142)

O RCNEI (1998) é composto de três volumes. O primeiro aborda concepções de criança, educação e do lado profissional. O segundo, fala da formação pessoal e social. Já o terceiro volume, apresenta diferentes conteúdos relacionados ao conhecimento do mundo. Esse documento foi a primeira proposta curricular oficial, destinada a educação infantil no Brasil. E veio para modificar a concepção de educação assistencialista que a creche e a pré-escola possuía. Ele atenta para várias questões não só os aspectos legais, mas, rever muitos conceitos e concepções sobre a infância, criança, educar, cuidar, bem como as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado, diante dos alunos da educação infantil.

Nesse sentido, esse documento constitui-se em:

um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (RCNEI, 1998, p. 13).

Em vista dos argumentos apresentados, esse documento não é uma proposta obrigatória, mas sim, elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, sendo flexível e aberto a dialogar com propostas e currículos condizentes com as realidades e singularidades das instituições, sejam creches e/ou pré-escolas, subsidiando a ação educativa. Porém, ele não tem o objetivo de resolver os complexos problemas educacionais, mas, auxiliar na qualidade da educação, contribuindo para o exercício da cidadania embasadas nos seguintes princípios: “o acesso das crianças aos

bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética” (RCNEI, 1998, Vol.1, p. 13).

O ato de implantar uma proposta no currículo da Educação Infantil exige que seja realizada uma organização curricular, que seja um instrumento que interliga a relação entre a realidade cotidiana da criança e a realidade social vivenciada num universo mais amplo com outras concepções, valores e o seu olhar para o mundo. Abrange a elaboração de um discurso que otimize transformações, norteando uma trajetória, ou seja, a implementação de ações que sensibilize o olhar em direção a uma criança concebida como alguém competente e com direitos peculiares a essa fase da vida humana. Entende-se, no entanto, que a Educação Infantil deverá ter como base fundamental uma prática de ensino que possibilite a criança a reconfigurar o seu universo ampliando o seu conhecimento sobre o mundo, como oportunidade de construir um conhecimento autônomo e investigativo sobre os objetos que vão se descortinando no universo adulto. Dessa forma a criatividade incentivada pela atividade lúdica, impulsiona a imaginação, sendo que tal prática necessita da imaginação, que depende não somente de práticas ensaiadas e rotineiras, mas de experiência prévia do docente que deve se desenvolver em consonância com o desenvolvimento da criança perante as brincadeiras e os jogos aplicados no ensino de matemática.

Chateau<sup>15</sup> (1987, p.134), ressalta que:

Uma educação pelo jogo fica fora do tempo e do espaço, como fora do século. Se quer a educação forme um homem, desenvolva todas as potencialidades latentes na criança, não se pode contentar com essa formação que é a do jogo, com essa amoralidade formal que não apresenta nenhum fim concreto, ou antes, aceita indiferente qualquer fim.

Huizinga<sup>16</sup> (1996, p. 33), entende o brincar da seguinte forma:

Uma ação ou atividade voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de lugar, segundo regra livremente consentida, mais imperativa, provinda de um fim em si, acompanhada de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”.

Brougère<sup>21</sup> (2001, p. 99) lembra que:

“brincadeira é uma mutação do sentido, da realidade: as coisas tornam-se outras. É um espaço à margem da vida comum, que obedece a regras criadas pela circunstância”.

Embora os estudos tenham mostrado que a brincadeira inclui o pensamento criativo, na resolução de problemas, habilidades para aliviar tensões e ansiedades, capacidade de adquirir novos entendimentos, apaziguar problemas comportamentais, enriquecer a autoestima, capacidade de usar ferramentas e desenvolvimento de linguagem. A brincadeira é também uma atividade chave para a formação do homem em relação a outros, com a natureza e consigo mesmos na medida em que estimula equilíbrio estético e moral entre a sua interioridade e o ambiente com o qual interage. A brincadeira prefigura a vida, de certa forma a vida é um jogo e é no jogo da vida onde o homem se testa, o exercício da função lúdica se torna um

fator muito importante para a criança aprender a produzir, respeitar e aplicar as regras de jogo, prefigurando a vida da criatividade e um senso de curiosidade. Assim, a atividade recreativa é atraente e motivadora, capta a atenção dos alunos para um aprendizado específico, encontramos benefícios nas atividades lúdicas, pois através dela a criança adquire conhecimento e consciência do próprio corpo, domínio do equilíbrio, controle efetivo das várias coordenações globais e segmental, atinge o controle da inibição voluntária e respiração, também incentiva a organização do sistema do corpo, administra uma estrutura espaço-temporal e possibilidade para o mundo exterior, estimula a percepção sensorial, coordenação motora e a sensação de ritmo, melhora muito a agilidade e flexibilidade do organismo particularidades que são importantes para nós reconhecermos na criança em seus diferentes estágios de desenvolvimento. A infância representa um maravilhoso estágio de descoberta e exploração que estimula a aprendizagem de maneira natural, levando à aquisição de uma série de habilidades que enriquecem o desenvolvimento das funções cognitivas, a comunicação e a maturidade motora. Nas dificuldades do neurodesenvolvimento, o lúdico é uma ferramenta indispensável para estimular a aprendizagem, sendo este o canal que permite ao adulto promover situações prazerosas, através das quais buscamos orientar a criança na conquista de objetivos para enriquecer seu desenvolvimento integral. O lúdico favorece a aprendizagem em todas as áreas do desenvolvimento infantil.

Daí a importância de projetar estratégias pedagógicas e didáticas que promover a construção de significados, como eixo de desenvolvimento de habilidades, expansão do conhecimento sobre o mundo, melhoria do raciocínio lógico, a formação de conceitos, treinamento de autonomia e geração de conscientização no contexto social. Além disso, as habilidades matemáticas continuam a se tornar um começo de compreensão de conceitos ao longo de um caminho relativamente desenvolvimental consistente, com ou sem intervenção de adultos. Quando as crianças têm oportunidades de brincar, não há diferença significativa na complexidade das noções matemáticas demonstradas, seja qual for o contexto cultural ou socioeconômico das crianças. Embora cada criança adquira conhecimentos de matemática através da experiência e chega à escola com uma série de experiências passadas, todas as crianças têm o potencial de participar de maneira produtiva para várias atividades matemáticas. Como o brincar é parte integrante do mundo da criança, serve como ponto de partida para exploração matemática. Os experimentos matemáticos são demonstrados em duas formas; o jogo que envolve matemática e o jogo direto com a matemática. Além disso, é o adulto presente durante o jogo que é capaz reconhecer como as crianças representam seus conhecimentos matemáticos e quem desenha depois começaram a partir do entendimento deles usando linhas de pensamento e perguntas. A importância do jogo livre, bem planejada, apropriada para a idade das crianças, não deve ser subestimada. Este tipo de jogo se é matematizado contribui para a aprendizagem da matemática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados no presente trabalho, apontam através de análise das teorias dos autores aqui citados e dos documentos oficiais sobre a importância da implantação do lúdico no currículo e no Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil, reafirmando que o ensino de matemática na

educação infantil deve ser trabalhado de forma lúdica, promovendo uma aprendizagem que tenha significado para a criança. Diante do que foi pesquisado, identifica-se uma certa resistência dos sistemas de ensino em elaborar propostas curriculares e projetos pedagógicos que promovam uma educação de qualidade focada na aprendizagem significativa, na construção do conhecimento partindo da vivência e peculiaridade de cada aluno. Nesse contexto conclui-se que as instituições ofertantes da educação infantil ainda resistem em reconhecer a identidade dos alunos, dos docentes e da família, assim como o respeito à identidade e à realidade escolar. Percebe-se, no entanto, que há a necessidade de as propostas pedagógicas promoverem em suas práticas de ensino com muito cuidado, a integração de todos os aspectos das crianças; assim como, é fundamental buscar uma interação interdisciplinar entre todos os conteúdos integrantes da grade curricular.

No que se refere ao RCNEI, percebe-se que este se apresenta como um meio ou até mesmo estratégia usada pelos órgãos responsáveis pela educação no Brasil, de referência a nível nacional as práticas de ensino em um país de território tão extenso, com variações de realidades histórico-culturais, com contrastes sociais de grande discrepância e com políticas públicas inertes ou quase irrelevantes, dificultando assim que a educação se configure como política social essencial ao desenvolvimento integral da criança desde a sua primeira infância até a vida adulta e em sociedade. À luz de uma visão sistêmica, “um sistema de proteção social eficiente é uma parte importante de qualquer sociedade moderna. Muitos pais de família carentes que estão situadas na base, se tornaram tão dependentes dos benefícios do Estado, e estão nesta situação em parte porque o Estado falhou na educação de um modo ou de outro. Falhou em dar-lhes competências que as tornariam competitivas, de modo a terem uma vida digna. Falhou em impedir que as instituições de ensino com fins lucrativos tirassem vantagem das suas aspirações de evolução através da educação”. (Joseph, 2013, p.18)<sup>19</sup>

## Conclusão

A presente pesquisa, fornece um aporte teórico, para uma reflexão com mais profundidade e conhecimento, sobre a implantação do lúdico na elaboração do currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades de ensino ofertantes da Educação Infantil. Sendo assim, foi ressaltada a importância do lúdico como significado de atividade cheia de sentido para o desenvolvimento pleno da criança. Dessa forma, é fundamental o papel da atividade lúdica para o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, principalmente no ensino da matemática. Os currículos devem ser mais flexíveis e adaptados à realidade das crianças, no intuito do desenvolvimento integral das mesmas. O mesmo deve maximizar as potencialidades das crianças da educação infantil, e o ensino estratégico da matemática. A brincadeira deve estar presente no desenvolvimento integral da criança como prática de ensino nas aulas da educação infantil, principalmente no ensino de matemática. Tendo em vista os aspectos observados, a inserção do lúdico no ensino de matemática na Proposta Curricular e no Projeto Político

Pedagógico na educação infantil (PPP) no ensino da Matemática na Educação Infantil é prejudicada pela falta de continuidade de projetos apartidários, de instrumentos como eficientes políticas públicas e sociais. Tal fato deve-se, por não considerar a educação infantil e a educação como um todo, um valor para a nação brasileira.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. O jogo como elemento da cultura. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- Arroyo, M. (2000). *Ofício de mestre*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf). Acesso em: 22 de janeiro de 2020.
- Brasil. MEC. (1998). *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Introdução. V. I. Brasília, MEC/SEF.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado.
- Brotto, F.O. (2001). *Jogos Cooperativos*. 6. ed. rev. São Paulo.
- Brougere, R.G (2001). *Brinquedo e cultura*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Bruyne, P. (1991). *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bujes, M. I. E. *Escola Infantil: para que te quero?* In: CRAIDY, Carmem & Kaercher, Gládis E. *Escola Infantil: para que te quero?* Porto Alegre: Artmed, pp. 13-22.
- Chateau, J. (1987). *O jogo e a criança*. São Paulo: Summus.
- Demo, P. (2007). *O porvir: desafio das linguagens do séc. XXI*. Curitiba: IBPEX.
- Díaz, H. (2006). *A função lúdica do sujeito: Uma interpretação teórica de uma maneira lúdica de transformar práticas pedagógicas*. 1ª ed. Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio.
- Gil, A. C. (2014). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Huizinga, J. (2000). *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva.
- Joseph, E.S (2013). *O preço da desigualdade*. 1. ed. Lisboa: Bertrand Editora.
- Kramer, S. (1989). *Com a pré-escola nas mãos*. Uma alternativa curricular para educação infantil. São Paulo: Ática.
- LDB. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 12 de janeiro de 2020.
- Macedo, R.S. Chrysallis (2002). *Currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA.
- Marconi, M.A.; Lakatos, E. M. (1996). *Fundamentos de Metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M.C.S (2010). *O desafio do conhecimento*. 12. ed. Editora Hucitec.
- Moreira, A. F. B. (2012). *Articulando desenvolvimento, conhecimento escolar e cultura: um desafio para o currículo*. *Cadernos de Educação*, p.61.
- Saviani, D., Costa, A. C. G. da, Cascino, P. (2000). *Educador: novo milênio, novo perfil?* Ed. Paulus.